

COMPANHIA SECURITIZADORA KANASTRA

Demonstrações contábeis para o período de
10 de outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório de auditoria independente	3
Relatório da Administração	7
Balanços patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas da Administração às informações contábeis	17

Relatório da Administração

COMPANHIA SECURITIZADORA KANASTRA S.A.

Fundada em outubro do ano de 2022, a Companhia Kanastra Securitizadora S.A. (“Companhia”) está situada na cidade de Uberlândia e ainda não se tornou operacional, com previsão para início de operações para abril de 2023.

O plano de operações da Companhia envolve: a aquisição e securitização de quaisquer direitos e títulos representativos de crédito, originários de operações realizadas em qualquer seguimento econômico, em especial, mas sem limitação, a direitos creditórios financeiros, imobiliários, do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos imobiliários e do agronegócio;

A emissão e a colocação, de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis e outros títulos e valores mobiliários lastreados em quaisquer direitos e títulos representativos de créditos, originários de operações realizadas em qualquer segmento econômico, que sejam compatíveis com as suas atividades, em especial, mas sem limitação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, Certificados de Recebíveis do Agronegócio e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios imobiliários e do agronegócio, com ou sem instituição de regime fiduciário;

E também a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de quaisquer direitos e títulos representativos de crédito, originários de operações realizadas em qualquer segmento econômico e a emissão de Certificados de Recebíveis e outros títulos e valores mobiliários lastreados em quaisquer direitos e títulos representativos de créditos, originários de operações realizadas em qualquer segmento econômico, em especial, mas sem limitação, de direitos creditórios financeiros, imobiliários ou de direitos creditórios do agronegócio e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, Certificado de Recebíveis do Agronegócio, de Certificados de Recebíveis ou outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios imobiliários ou do agronegócio, com ou sem instituição de regime fiduciário, incluindo, mas não se limitando a, digitação de títulos em sistema de mercado de balcão e administração, recuperação e alienação de direitos de crédito.

Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 (“ICVM 381”), a Administração da Companhia informa que no período findo em 31 de dezembro de 2022, a UHY Bendoraytes, ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa de revisão das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas da
COMPANHIA SECURITIZADORA KANASTRA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA SECURITIZADORA KANASTRA (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA SECURITIZADORA KANASTRA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 1, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 não estão sendo apresentadas de forma comparativa com 31 de dezembro de 2021 devido ao registro no CNPJ da companhia ter ocorrido em 10 de outubro de 2022. Nossa opinião não está ressalvada sobre esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Indicação de desvalorização dos ativos não financeiros da Companhia

A fim de atender o item 12 (d) do NBC TG 01 (R3) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, executamos procedimentos de auditoria para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- análise da qualidade do ativo da Companhia e de recuperabilidade por tipo de ativo.
- avaliação da continuidade da Companhia e eventual desvalorização dos ativos da mesma através da análise de outros indicadores da Companhia, tais como análise de estrutura de capital, indicadores de liquidez e de rentabilidade.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023.

UHY BENDORAYTES & CIA.
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8


GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC 1RJ 091330/O-5

COMPANHIA SECURITIZADORA KANASTRA

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	2022
Ativo circulante		1
Caixa e equivalentes de caixa	4	1
Total do ativo		1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA SECURITIZADORA KANASTRA

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2022
Passivo circulante		5
Outras Obrigações		5
Fornecedores		5
Patrimônio Líquido		(4)
Capital social	13.1	10
Capital social a integralizar		(9)
Prejuízo acumulado		(5)
Total do passivo e do patrimônio líquido		1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

-

-

1

-

1

-

COMPANHIA SECURITIZADORA KANASTRA

Demonstrações do resultado

Para o período de 10 de Outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	2022
Receitas Operacionais		-
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas administrativas	15	(5)
Total de (despesas) receitas operacionais		(5)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(5)
Resultado financeiro		
Lucro líquido do período		(5)
Quantidade de ações	13.1	1.000
Lucro por ação - R\$		- 0,00500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA SECURITIZADORA KANASTRA

Demonstrações do resultado abrangente

Para o período de 10 de Outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	(5)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(5)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA SECURITIZADORA KANASTRA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o período de 10 de Outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Capital social a integralizar</u>	<u>Prejuízo acumulado</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldos em 10 de outubro de 2022	-	-	-	-
Integralização de capital social	10	(9)		1
Resultado do exercício	-	-	(5)	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>10</u>	<u>(9)</u>	<u>(5)</u>	<u>(4)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA SECURITIZADORA KANASTRA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para o período de 10 de Outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	<u>(5)</u>
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:	
Redução (aumento) nos ativos operacionais:	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	
Fornecedores	5
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Capital Integralizado no período	1
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	<u>1</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1</u></u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

-

COMPANHIA SECURITIZADORA KANASTRA

Demonstrações do valor adicionado

Para o período de 10 de Outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>
Receitas	-
Receita dos recebíveis adquiridos	-
Receita com prestação de serviços	-
Insumos adquiridos de terceiros	(5)
Custo dos serviços prestados	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5)
Valor adicionado bruto	(5)
\	
Depreciação, amortização e exaustão	-
Valor adicionado líquido produzido	(5)
Valor adicionado recebido em transferência	-
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida	-
Valor adicionado a distribuir	(5)
Distribuição do valor adicionado	
Pessoal	-
Impostos, taxas e contribuições	-
Juros pagos a debênturistas	-
Dividendos	-
Resultado retido	(5)
Valor adicionado distribuído	(5)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

-

Notas explicativas da Administração demonstrações contábeis

(Valores expressos em reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações gerais e contexto operacional

A COMPANHIA SECURITIZADORA KANASTRA (“Companhia”), foi constituída em Assembleia de 23 de setembro de 2022, e é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP.

A Companhia tem como principais atividades: (a) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites estabelecidos na legislação aplicável; (c) a realização de outros negócios relacionados aos créditos supracitados e a prestação de serviços de consultoria financeira relacionada às operações de securitização de créditos supracitadas; (d) a realização de operações de hedge em mercado de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de crédito.

2 Bases de preparação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vigentes na data base. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis do período iniciado em 10 de outubro de 2022 e findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela diretoria e sua emissão foi autorizada em 02 de fevereiro de 2023.

2.2 Bases de apresentação

2.2.1 Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações contábeis, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais. Todas as informações contábeis apresentadas foram arredondadas para a unidade de reais mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.3 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.2 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.3 Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração, ao elaborar suas informações contábeis, efetua a distinção entre:

- Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos;
- Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as

obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação;

- Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada, ou seja, que apresente perda provável. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, ou seja, que apresentem perda possível não devem ser reconhecidos nas informações contábeis, mas divulgadas em notas explicativas.

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

De acordo com CPC48 e em conformidade com o IRFS 9, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos.

Ativos financeiros registrados ao custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros desreconhecidos

A Companhia deixa de reconhecer ativos financeiros quando estes reúnem as três condições previstas no item 3.2.5 do CPC 48, que são:

- a. Quando a Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados.
- b. Quando à Companhia é vedada de vender ou oferecer em garantia o ativo original que se encontra em garantia real da emissão do passivo subjacente, exceto aos próprios detentores dos direitos aos quais há a obrigação de lhes pagar fluxos de caixa.

- c. Quando a Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o período em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma conta pré-determinada, desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos credores, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade, sendo que os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos credores.

3.4.2 *Passivo Financeiros e instrumentos de capital*

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com os princípios da IFRS 15;
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida;

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, Contratos de Garantia” e “Compromissos de conceder empréstimos”, os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos

substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

3.5 Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas, quando apresentadas, são reconhecidas pelo regime de competência.

3.6 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e é constituída à alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3.7 Resultado por ação

O resultado por ação é calculado dividindo-se o lucro/prejuízo do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

3.8 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.9 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, o caixa e equivalentes de caixa registrado na demonstração dos fluxos de caixa, representa as operações citadas na nota explicativa nº 3.1.

Descrição	31/12/2022
Caixa e bancos	1
Total	<u>1</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é de R\$ 1, que corresponde aos recursos com liquidez imediata para fazer frente aos custos operacionais de curto prazo.

5 Obrigações com partes relacionadas

A Administração considera como partes relacionadas quaisquer pessoas jurídicas vinculadas aos sócios e ao pessoal-chave da administração, além destes na pessoa física.

Na data das demonstrações contábeis a companhia não possui ativos ou passivos com partes relacionadas.

6 Remuneração dos administradores

Não houve remuneração a administradores no curso do período de 10 de outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

7 Patrimônio líquido

7.1 Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 10, dividido em 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O capital social a integralizar no montante de R\$ 9 será completamente integralizado no prazo de 12 meses a contar da data de constituição.

7.2 Reserva legal e destinação dos lucros, distribuição de dividendos

A reserva legal é constituída na forma estabelecida na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, e no Estatuto Social da Companhia, respeitando o percentual mínimo de 5% do lucro do líquido e o percentual máximo de 20% do capital social da Companhia.

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

8 Resultado por ação

A Companhia não apresentou resultado no período.

9 Despesas administrativas

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços Técnicos Especializados	5
Total	5

10 Informações sobre a emissão de debêntures em regime fiduciário.

Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CVM Nº 60, que dispõe sobre as companhias securitizadora de direitos creditórios registradas na CVM e revoga as Instruções CVM nºs. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018 que entrou em vigor a partir de 2 de maio de 2022, e dispõe sobre as demonstrações financeiras das emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Certificados de Recebíveis Imobiliários e outros títulos, como as debêntures, devendo ser apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos pela Lei 9.514/97 e artigo 25-A da ICVM nº 480/2008 as quais incluem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM que requer que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta.

Em atendimento a essa disposição, a Companhia não apresenta nas suas notas explicativas, as Informações Contábeis vinculadas aos patrimônios separados por ela insntituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos naquelas datas.

Na data do balanço, a Companhia não possui emissão de quaisquer títulos em regime fiduciário.

11 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são aplicações financeiras automáticas em conta corrente que são títulos de renda fixa administrados por banco de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. Esses instrumentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Na mensuração subsequente são classificados na mesma categoria. Por se tratar de um instrumento com liquidez diária e resgate imediato e automático é garantido na taxa pactuada na aplicação, e os saldos refletem o seu valor justo na data da avaliação.

12 Gerenciamento de riscos

Visão geral

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais serão incluídas tão logo sejam realizadas operações decorrentes de seu objeto social.

Hierarquia de valor justo

Existem 3 diferentes níveis hierárquicos, conforme segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros como nível 2.

Estrutura do gerenciamento do risco

A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação dos riscos operacionais; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) identificação da disponibilidade de recursos a captar em debêntures; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio.

Gestão do capital

A política da Administração considera a manutenção da base de capital necessária para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

Análise de sensibilidade

Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações contábeis.

13 Eventos subsequentes

Em 07 de março de 2023 foi realizada alteração do contrato social da Companhia, no qual foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em ata protocolada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, o aumento do capital social da Companhia de R\$ 10.000,00 para R\$ 1.000.000,00.